



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 19ª reunião Ordinária

1 No dia treze de julho de dois mil e dezesseis, as quatorze horas, membros do Conselho reuniram-se na
2 sala de reuniões do Centro Público de Economia Solidária, para a 19ª Reunião Ordinária deste
3 Conselho, Gestão 2014-2016, com a seguinte pauta: 1 ponto – Organização do atendimento de
4 Violência Sexual no município de Londrina; 2 – Processo de reforma da Maternidade Municipal; 3 –
5 Aprovação da Ata; 4 – Informes Gerais. Estavam presentes as (os) conselheiras (os): Rosalina Batista,
6 Antônia Francisca de Araújo, Maria Márcia Ferreira, Meire Ellen Moreno, Teresa Mendes de Souza,
7 Elisabete Tiekio Ieda, Nágila Hassam Slaibi, Joana D'arc Garcia, Amanda Cristina Andrello Costa,
8 Tônia Rejane Silva Felix, Márcia Regina da Silva Barra, Lilian de Fátima M. Nelessem, Luciana
9 Mazzaroto Negrini, Marisse Costa de Quiroz, Eric Carlos de Mari, Patrícia M. Ap. Ferri Raboni.
10 Justificaram ausência: Ana Karina Andruchuka Barbosa, Marília Bitencourt Mercer, Vany Kie Ito,
11 Lorena Pires Rostirolla, Cristina Rossi e ainda a servidoras da Secretaria Municipal de Políticas para as
12 Mulheres Elaine Galvão e as participantes Marlene Mendes Shimidt da AMBAS e Valdirene Apa.
13 Palma da SESA zona sul. A presidente do CMDM, Sra. Rosalina Batista inicia a reunião dando boas-
14 vindas, agradece a presença de todos (as) e sugere a apresentação dos participantes. Após todos se
15 apresentarem, a presidente informa que a 17ª Regional de Saúde justificou ausência na reunião de hoje
16 mas encaminhou documento relatando suas atividades sobre as ações desenvolvidas na organização dos
17 serviços de atendimento à violência sexual e solicitam manter esta pauta para a próxima reunião
18 ordinária onde irão apresentar os trabalhos. Sra. Rosalina esclarece que a pauta da reunião de hoje serve
19 para instrumentalizar os conselheiros para os serviços e demandas na área da violência sexual e
20 portanto, a enfermeira Lílian e a advogada Marisse farão a apresentação. Sra. Lilian relata que a
21 Secretaria Municipal de Saúde está desenvolvendo as atividades bem próximas e muitas vezes em
22 conjunto com a 17ª RS, ela poderá contribuir explanando na reunião de hoje e se os conselheiros ainda
23 tiverem dúvidas a 17ªRS poderá complementar na próxima reunião. Sra. Elaine solicita inclusão de
24 pauta sobre panfleto que está circulando na cidade, que expõem sobre um conceito equivocado de
25 ideologia de gênero na educação elaborado por um advogado e assessor da Câmara de Vereadores. Ele
26 está propondo uma petição pública, e está havendo um tipo de “perseguição” aos professores de história
27 e sociologia, este movimento é um retrocesso aos direitos da mulher. Sra. Rosalina sugere que se deve
28 verificar se este advogado é realmente assessor da Câmara e fazer uma denúncia, pois ele pode
29 responder por isso ou até ser exonerado. Em seguida passou-se para o assunto em pauta: **1. –**
30 **Organização do atendimento de Violência Sexual no município de Londrina:** Sra. Marisse inicia a
31 apresentação expondo sobre as normativas de atendimento à violência sexual. Informa sobre as normas
32 vigentes em nosso País e de como deve ser estruturado o atendimento a violência sexual. Relata sobre o
33 conceito de violência sexual, diz que está definido em vários documentos jurídicos, é um crime. Este
34 tipo de violência envolve desde o estupro até gestos obscenos na rua, assédio sexual, bem como forçar a
35 mulher ao matrimônio e ao aborto. Relata que quando se analisa estes documentos jurídicos a violência
36 sexual é tratada como problema de saúde pública. Também é um assunto que afeta a segurança pública,
37 pois é um crime, é também uma questão de justiça, pois afeta as delegacias e varas criminais
38 especializadas. Os serviços que mais tem contato com este tipo de violência é a Saúde e os CREAS,
39 CRAS, Escolas e na área de saúde a porta de entrada são as UBSs, hospitais e UPAS. Relata que quando
40 a vítima é a criança tem-se uma rede de proteção mais estruturada. As vítimas têm muita dificuldade de
41 denunciar, sentem-se culpadas e com vergonha. Sra. Marisse apresenta 04 segmentos envolvidos, a
42 Justiça, Segurança Pública, Saúde e Outros considerando a necessidade de integrar estes segmentos.
43 Cita as principais Leis, Portaria e Decretos sobre a violência sexual, nos níveis Federal, Estadual e
44 Municipal e relata que precisamos ter em Londrina para estruturar estes serviços é o princípio da
45 humanização, integralidade e universalidade. Sra. Nágila relata que a mídia culpabiliza muito a mulher
46 sobre o estupro e outras formas de violência sexual e que acaba naturalizando esta violência. Sra.
47 Marisse relata que este modo de pensar afeta também o modo como as pessoas irão atender e olhar para
48 estas vítimas, acabam julgando a mulher e se torna uma investigação da vítima e não do agressor, é o



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 19ª reunião Ordinária

49 discurso da lógica da cultura do estupro e do assédio. Sra. Elaine relata que atualmente as bonecas de
50 brinquedo já vem maquiadas e que há uma artista plástica que tira a maquiagem das bonecas e as
51 deixam com carinhas de meninas e que acaba tendo uma sexualidade das crianças exacerbada. Relata
52 que 90% das violências sexuais são de meninas e mulheres jovens. Sra. Toninha relata que presenciou
53 uma situação que uma menina foi humilhada por xingamentos porque não deu bola para uma cantada de
54 um homem, relata que se sentiu violentada em vivenciar tal situação. Sra. Luciana também cita as letras
55 de música onde a mulher é mito denegrada. Sra. Meire relata que culpam as meninas por usarem roupas
56 justas e calças de uniformes de escola que são coladas no corpo, e não culpabilizam a própria escola que
57 vende os uniformes ou as “pessoas” que criam estas roupas. Diz que a escola é o espaço onde mais se
58 reproduz as desigualdades de gênero. Sra. Marisse diz que há dois momentos no atendimento as vítimas
59 de estupro, um que deve ser imediato e recente, até 72 horas, pois deve ser feito a profilaxia, e um
60 segundo momento é o atendimento de quando esta violência já ocorreu há alguns dias, seguindo,
61 portanto, um outro protocolo. É muito comum quando a mulher sofre violência sexual e só comparece
62 para atendimento quando se descobre grávida. Relata que devemos ter em Londrina um serviço de
63 referência para a atenção integral às mulheres vítimas de violência sexual, também um serviço
64 ambulatorial e outro serviço para interrupção de gravidez previsto em Lei. Estruturar os serviços de
65 saúde faz uma grande diferença. Diz que o agressor somente será investigado se a vítima denunciar, mas
66 o fato dela não denunciar não pode ser impedimento de ser atendida pelos serviços de saúde. A coleta de
67 vestígios é fundamental para a punição do agressor e não podemos fazer esta exigência se ainda não
68 temos o serviço referenciado. Sra. Luciana diz que o Rosa Viva não tem estrutura para o atendimento de
69 ambulatorio e para as continuidades, não tem o profissional de psicologia, já para as urgências não há
70 problema e as enfermeiras estão preparadas. Marisse informa que há uma resolução conjunta da
71 Secretaria de Saúde e da Segurança Pública, feita em 2014, que dispõem sobre a regulação da cadeia de
72 custódia, mas não esclarece como deve ser feito. Em seguida, Sra. Lílian Nelessen apresenta como está
73 estruturada a violência sexual em Londrina. Relata que o município trabalha a violência em várias
74 frentes e há muito tempo juntamente com a secretaria da mulher. Londrina fez a opção por fazer um
75 protocolo municipal e que foi validado pelas instituições e rede de atendimento. Este protocolo é feito
76 pela classificação de risco e por ciclo de vida: criança, mulher, homem, idoso. Tem as possibilidades de
77 atendimento e/ou encaminhamento. Hoje o maior problema é de não ter este protocolo impresso e
78 futuramente disponibilizá-lo online, pois ele tem o objetivo de subsidiar o atendimento. Expõem sobre a
79 Portaria 618 de 2014 que cria a possibilidade de pagamento às instituições que atendem vítimas de
80 violência, também expõem sobre a Portaria 1662 de 2015 que fala da coleta de vestígios. Relata que a
81 maternidade não está credenciada como um serviço de atendimento à vítima de violência sexual pois
82 não tem psicólogo no quadro de funcionários. Sra. Luciana diz que tem que ser feito um projeto de
83 criação de cargo e ser aprovado na Câmara. Relata que ano passado foi feita uma capacitação para
84 peritos e mês passado a capacitação se repetiu na regional de Maringá e profissionais de Londrina
85 também participaram. Foi pactuado com um perito do IML que fará a tutoria para a prática com os
86 outros peritos, os detalhes estão sendo discutidos em reunião, mas a ideia é que centralizem os peritos e
87 os mesmos se deslocarão assim que a unidade os acionar. Em seguida Sra. Lílian fala da ficha de
88 notificação de violência do SINAN, da sua importância, diz que a saúde é obrigada a notificar os casos
89 de violência, esta ficha não gera investigação, mas futuramente ela gera muitas informações para novas
90 políticas públicas. A ficha pode ser preenchida mesmo sem o conhecimento da mulher. Expõem sobre
91 os fluxos para a interlocução da rede de proteção. Londrina realiza o atendimento das vítimas de
92 violência sexual de toda a regional. Relata que foi proposto que Londrina fizesse o atendimento de
93 urgência, visto que o município dispõe da medicação, e a 17ª RS faria o ambulatorial regional para os
94 atendimentos. Esta proposta foi feita pelo CISMENPAR. Sra. Rosalina agradece as apresentações e
95 informa que iremos continuar com esta discussão também na próxima reunião ordinária deste Conselho,
96 com a apresentação dos dados da 17ª RS, e solicita que quando houver outras discussões sobre a



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 19ª reunião Ordinária

97 violência sexual que o CMDM fosse convidado. Conclui que o município está perdendo dinheiro por
98 não estar credenciado devido à falta de um profissional e que devemos nos posicionar sobre este
99 assunto. Relata que há uma dificuldade de comunicação entre os serviços e quem perde é a população.
100 Sra. Maria Márcia relata que estas discussões foram muito enriquecedoras e sugere que o CMDM faça
101 mais pautas como estas. Sra. Meire sugere que deveríamos convidar a DEAM para falar sobre o trabalho
102 da delegacia e seu papel. Aproveita para fazer uma denúncia de que há muitos casos de violência sexual
103 de crianças e adolescentes envolvendo professores, na escola em que trabalha relata que há três suspeitas
104 de violência contra adolescentes e que nada é feito, pois o máximo que a SEED faz é transferir ou
105 readaptar o professor, e que á apenas aberto um processo administrativo. Também informa que se
106 ausentará das próximas reuniões deste Conselho em virtude de licença maternidade, mas que será feita a
107 sua substituição e que também não está recebendo e-mails deste Conselho. Sra. Rosalina relata que esta
108 denúncia ao Conselho Tutelar e ao NUCRIA. Sra. Elaine sugere fazer uma reunião com a comissão de
109 saúde do CMDM e outros interessados, para discutir estes assuntos referentes a saúde e posteriormente
110 um documento para o prefeito e secretário de saúde. Sr. Rosalina também sugere que se faça um ofício
111 para o prefeito pedindo esclarecimentos sobre a não reforma da maternidade. Em virtude do horário, não
112 será possível concluir os outros assuntos de pauta e sugere que a pauta do panfleto sobre gênero seja
113 discutida na Secretaria da Mulher e depois socializado com o CMDM. Em seguida passou-se para os
114 informes. **Informes:** Sra. Rosalina informa que nos dias 23 e 24 de junho a ASSEMPA em parceria
115 com o HCL participaram do 1º Encontro Paranaense sobre os 05 principais tumores, foi discutido sobre
116 a prevenção, diagnóstico e tratamento. Relata que no grupo de tratamento alguns médicos não acharam
117 importante o câncer de útero e sua prevenção, pois segundo estes médicos este câncer prioriza somente
118 um segmento que é a mulher. Relata que houve um embate entre ela e estes grupo de médicos no qual
119 Sra. Rosalina defendeu a questão da mulher. Sra. Maria Márcia convida quem puder participar da
120 reunião do conselho municipal de saúde que será na próxima quarta-feira as 14 horas. Sra. Meire
121 informa que no dia 09 de junho aconteceu a Marcha das Vadias no calçadão de Londrina e relata que
122 este Coletivo pretende continuar atuando e uma das pautas será o de atuar mais próximo das periferias e
123 se dispõem a trabalhar em parceria com o CMDM com demandas que surgirem. Informa que surgiu um
124 Coletivo de mobilização contra o projeto Escolas Sem Partido e também se coloca como parceira sobre
125 a discussão de gênero nas escolas. Sra. Marisse informa sobre reunião que aconteceu entre a Secretaria
126 da Mulher, a Secretaria de Saúde e a superintendência e diretoria clínica do HU, para discutirem sobre o
127 protocolo e o atendimento ao aborto legal. Sra. Tereza informa que o prefeito de Londrina sinalizou que
128 irá se reunir com a comunidade do Jd. Igapó para resolverem a questão a praça. Assim que ela tiver a
129 data solicita que o CMDM esteja presente. Sra. Elaine convida os conselheiros para participarem da
130 Oficina de Elaboração do Plano Decenal da Criança e do Adolescente, que será no dia 19/07 as
131 08h30min na Secretaria da Mulher. Nada mais havendo a tratar a presidente Rosalina Batista encerrou a
132 reunião e eu, Patrícia Mary Ap. Ferri Raboni, secretária lavrei a presente ata.